ORDEM DO DIA
PARA A 48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 07 DE OUTUBRO DE 2009

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 663, de 2008, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Dispõe sobre a criação de cargos no Subquadro de Cargos Públicos do Quadro do Ministério Público do Estado. Pareceres nºs 4154 e 4155, de 2008, respectivamente, da Comissão de Justiça e de relator especial pela Comissão de Finanças, favoráveis. Com emenda apresentada nos termos do artigo 175, inciso II do Regimento Interno. Parecer nº 1785, de 2009, respectivamente, do Congresso das Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis à emenda.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 212, de 2009, de autoria do deputado Gil Arantes. Torna obrigatória a inserção de mensagens educativas, sobre o uso indevido das drogas e substâncias entorpecentes, durante shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil realizados no Estado. Com emenda. Parecer nº 1786, de 2009, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emenda, e contrário à emenda de nº 1. Parecer nº 1787, de 2009, da Comissão de Saúde, favorável ao projeto, com emenda, e contrário à emenda de nº 1 e à da Comissão de Justiça.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 445, de 2009, de autoria da CPI das Operadoras de Seguro. Proíbe às seguradoras, no caso de reparação de veículos sinistrados, de impor aos segurados ou a terceiros a relação das oficinas reparadoras ou prestadoras de serviços credenciadas/referenciadas como condição para o conserto. Pareceres nºs 1788 e 1789, de 2009, respectivamente, da Comissão de Justiça e do Congresso das Comissões de Defesa do Consumidor e de Finanças, favoráveis.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 446, de 2009, de autoria da CPI das Operadoras de Seguro. Disciplina o cadastramento das Companhias Seguradoras para fins de comunicação de ocorrência de sinistro de veículos automotores de via terrestre, em decorrência dos contratos de seguro firmados

com seus segurados. Pareceres nºs 1790 e 1791, de 2009, respectivamente, da Comissão de Justiça e do Congresso das Comissões de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis.

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

Discussão e votação - Projeto de lei nº 313, de 2008, de autoria do deputado João Mellão Neto. Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro aos Institutos Históricos e Geográficos. Pareceres nºs 843 e 844, de 2009, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Cultura, favoráveis. Parecer nº 845, de 2009, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda.